



Ata

19.ª Reunião de Câmara | Extraordinária

15 de junho de 2022, 18:00h

Maia, Paços do Concelho

Ao décimo quinto dia do mês de junho de dois mil e vinte e dois, pelas dezoito horas, realizou-se a 19.ª reunião de Câmara, extraordinária, na sala da Vereação, sita no 3.º piso do Edifício dos Paços do Concelho.

Presidiu à reunião o Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago.

Secretariou a reunião a Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Maria de Carvalho Pereira.

Estiveram presentes:

1. Presidente, António Domingos da Silva Tiago
2. Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
3. Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira de Santos
4. Vereador, António Manuel Leite Ramalho
5. Vereador, Mário Nuno Alves de Sousa Neves
6. Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras
7. Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda
8. Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha
9. Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro
10. Vereador, António José Ferreira Peixoto



Esteve ausente por motivos devidamente justificados o Senhor Vereador Paulo Fernando de Sousa Ramalho, que foi substituído pela Senhora Vereadora Maria Alexandra Leite da Silva Torres de Menezes.

Estiveram presentes para apoio técnico à reunião: Alexandra Maria de Carvalho Pereira, na qualidade de Diretora do Departamento de Finanças e Património e Dr. Luís Esteves, em representação da Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda., responsável pela auditoria às contas.

A reunião teve início pelas dezoito horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Exercício de 2021 – Relatório e Contas Consolidadas de 2021

Apresentação técnica dos documentos, apoiada em Power Point, pela Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Maria de Carvalho Pereira.

O Senhor Vereador Paulo Sérgio Fernandes da Rocha interveio, aproveitando a presença do Dr. Luís Esteves, colocou uma questão relativamente a um dos temas que foi abordado na última reunião, relativa a certificação legal da Tecmaia, porque quem tinha respondido foi o Chefe de Gabinete que perentoriamente tinha dito que sim, mas ficou a dúvida se existia mesmo a certificação legal de contas, ou não da Tecmaia. O Senhor Vereador colocou uma outra questão, e que apesar do valor não ser substancial houve um aumento, na parte das outras contas a pagar na ordem dos 368%, passando a ser o valor de um milhão de euros, solicitando o Senhor Vereador que fosse identificado esse valor.

O Dr. Luís Esteves interveio, referindo que tinha sido emitida a certificação legal de contas coincidente com a data da Assembleia Geral da sociedade que foi no dia 27 de abril. Certificação legal de contas que estava condicionada à primeira Assembleia Geral. Nesse dia realizaram-se duas Assembleias Gerais, uma tinha por objetivo a aprovação de contas do passado, a outra para aprovação das contas de 2021, e a certificação legal de contas só poderia ser emitida se houvesse a nomeação do Fiscal Único na segunda Assembleia. De forma que, quer o Executivo quer os membros da Assembleia de acionistas tivessem os elementos disponíveis, tinha feito o trabalho



de auditoria que era igual na sua substância à certificação legal de contas. Respondendo diretamente à questão, as contas estavam certificadas, e o teor da certificação basicamente coincidia com o relatório do Fiscal Único, só tinha alguns aspetos que remetia para a questão que estava ainda pendente da própria tramitação da liquidação da sociedade em si.

Quanto à questão colocada sobre o aumento das outras contas a pagar a Senhora Diretora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Carvalho, referiu, que iria colocar uma nota explicativa no referido quadro.

Depois de submetidos a discussão e votação, foram os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Exercício de 2021 - Relatório e Contas Consolidadas de 2021, **aprovados por maioria**, esta em consequência do voto contra do Partido Socialista, com apresentação de declaração de voto, nos termos abaixo.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Declaração de Voto

Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Exercício de 2021 – Relatório e Contas Consolidadas de 2021, da Câmara Municipal da Maia.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, vêm nos termos do artigo 35º do Código do Procedimento Administrativo, apresentar a sua **DECLARAÇÃO de VOTO VENCIDO**, acerca das Prestações de Contas acima referidas.

Sobre a Prestação de Contas Consolidadas da Câmara Municipal da Maia, consideramos, tal como já o fizemos nos relatórios de contas deste exercício e respeitante a todas as empresas do Município, que a análise de um documento desta importância se devia traduzir num documento abrangente, quer tecnicamente quer politicamente, e que acaba por se manifestar num simples conjunto de informações dispersas e avulsas que dificultam uma leitura e interpretação detalhada e precisa dos documentos.



Salientamos ainda que, quer a nível político, quer em termos de gestão, os documentos que nos apresentam são, sem qualquer dúvida, os mais importantes do ano em causa, pois deveriam refletir a história económico-financeira do Município com rigor.

Os Vereadores, ao longo dos tempos, com especial relevo para o período agora analisado, foram impedidos de aceder ao detalhe das contas do Município, bem como foram ocultados vários documentos, apesar de terem sido solicitados por diversas vezes. Obviamente, este comportamento reiterado, além de ilegal, traduz uma prática corrente de violação da lei, ao tentar esconder por todos os meios, a verdade a que os Maiatos têm direito de saber.

Num ano especialmente importante, talvez o mais marcante deste século, exigia-se que a Câmara Municipal da Maia, estivesse ao lado da sua população.

Apresentamos diversas medidas de apoio, sobretudo para os que mais precisam, deparamo-nos sempre com a mesma resposta, de que as medidas propostas pela maioria PSD/PP eram mais do que suficientes. Obviamente, que o que ouvíamos por parte da população era precisamente o oposto, apercebemo-nos que se começava a instalar uma grave crise social, que se abateu sobre muitas famílias. A Coligação “Maia em Primeiro”, quis aumentar a receita Municipal, e baixar a despesa, sem qualquer sensibilidade para quem devia estar em Primeiro, as Famílias da Maia.

Assistimos, nesse mesmo período de necessidades das Famílias, a um esbanjamento de dinheiros públicos, com a compra de obras de arte, com aquisição de dezenas de carros, realização de adjudicações de assessorias e de publicações pagas na “imprensa”, assim como a produção e distribuição de inúmeras revistas e panfletos.

A Pandemia por Covid19 marcou decisivamente o início do século, com consequências socioeconómicas devastadoras que atingiram também a população do Concelho da Maia e as suas empresas. É assim, com muita surpresa, que olhamos para os resultados da Autarquia e verificamos a resposta inexistente, ou quando muito desprezável, que foi dada aos cidadãos e às empresas.

A Autarquia da Maia conseguiu, neste ano de calamidade, cobrar mais, marcando assim, um máximo histórico de arrecadação de impostos (arrecadou mais 1 milhão



de euros), mesmo com a baixa do IMI. O Município da Maia conseguiu fazer o contrário do que era necessário.

Nesta altura em que as Entidades públicas deveriam alavancar a economia com Investimento público, e, não menos importante, através de programas de despesa para apoio dos Municípios, a Maia fez exatamente o oposto.

Faltaram programas complementares aos do Governo Central para disponibilizar meios que garantissem as necessidades básicas de sobrevivência das famílias que tenham sido atingidas pelo flagelo do desemprego e ou doença. Tornou-se imperioso a necessidade de diminuição da carga fiscal para as famílias e para as empresas, acompanhada de medidas de incentivo ao consumo no comércio local. Enfim, medidas de ajuda ao pequeno comércio e à restauração, às pessoas que ficaram sem meios de sustento, mas com obrigações para cumprir.

O Estado Central, entregou este ano ao Município, e mais uma vez, um forte aumento de transferências (cerca de mais 1,2 Milhões de euros), tendo assim, um grande peso nas receitas Municipais.

Existem ainda outras receitas correntes contabilizadas de 1.292.354€, em nome da TECMAIA, o que nos merece reservas.

Assim, o resultado da Autarquia é desapontante e demonstra claramente que o Executivo não esteve, nem está, à altura dos desafios que a situação que estamos a passar exige, com um resultado líquido de 8,1 Milhões de euros, com a contribuição da constante venda e delapidação de imóveis do Município, que este ano, tal como nos anos anteriores, teve uma grande importância, com a arrecadação de 2,2 Milhões de euros. Destaque ainda para o valor registado no final do ano de 2021, de 264.000€, do programa de apoio à economia local, valor este longe dos 1.200.000€, que o executivo e a sua campanha eleitoral afirmaram em Agosto já ter liquidado!!

Nas despesas, não podemos deixar de referir o baixo valor para a solidariedade, face às necessidades óbvias, e ainda para o baixo valor transferido para as Juntas de Freguesia (o parceiro pobre), numa plena e justa descentralização de funções e competências, que iria trazer mais e melhores resultados na resolução dos problemas urgentes da população.



Em suma, muito mais podia ter sido realizado para alavancar a recuperação económica e o apoio às famílias neste Concelho.

E ainda uma breve nota sobre algumas empresas:

Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia, aumentou a sua margem de lucro na venda de água, o que poderia, como propusemos ter dado um maior apoio às famílias Maiatas.

Verifica-se que o valor da venda da água e das prestações de serviço aumentou ligeiramente relativamente ao ano anterior. Regista-se ainda a diminuição dos custos com a água em alta.

No entanto, importa realçar que ainda temos muitos imóveis na Maia, sem contador, facto este que é vital para uma terra que ser mais moderna e mais eficiente e sustentável ambientalmente.

As perdas de água, ainda têm um grande valor, situando-se nos 18%, um valor muito alto, face aos melhores indicadores nacionais.

O investimento da empresa, na rede, na fiscalização e modernização, é objetivamente curto, e é fundamental esse investimento, face às muitas falhas conhecidas e assinaladas. O novo PRR, vai trazer um forte apoio para esta área, e esperamos que a empresa saiba captar os fundos necessários, a uma modernização de todos os sectores do SMEAS.

A empresa Maiambiente recebeu em 2021 do Município, cerca de 3 Milhões de euros. Para uma empresa que fatura 8 Milhões de euros, as suas receitas próprias são muito baixas.

De referir ainda o constante aumento de reclamações, face aos novos tarifários.

A dívida a fornecedores aumentou para 1,2 Milhões de euros.

Assim, pode-se concluir que o cenário é preocupante e nada coerente com o discurso de solvabilidade apresentado nos últimos anos, dado que sem os subsídios à exploração a empresa não teria viabilidade económica.

Urge assim, refletir sobre o futuro da empresa a medio e longo prazo.



A empresa Espaço Municipal, é desde o exercício de 2017, um caso de estudo, onde tudo corre mal, ou por ataques de Hakers, ou por falta de tempo, ou por falta de documentos, as contas parecem sempre envoltas numa neblina de caos, donde será difícil sair com os atuais protagonistas. Nesta empresa, as dívidas a clientes atingem os 740.000€, que é obviamente um valor demasiado alto e que merece reflexão. As dívidas ao estado no montante de 504.574€, sobre o IRC, não estão explicadas convenientemente, embora impugnadas, não têm sido eficazes, pois já tiveram de ser liquidados 176.210€ e o remanescente da dívida tem como garantia a penhora de imóveis. Com um resultado muito baixo, vive com as constantes transferências do Município.

Sobre a empresa TECMAIA, como bem sabemos, os valores aí investidos, bem como os valores a receber, serão dados como perdidos num futuro próximo, fruto da gestão danosa. O processo de liquidação da empresa, continua a ser adiado desde 2016. Aliás conforme a Assembleia de 7 de Outubro de 2020, cujo impasse fica assente na falta de confiança e de presença dos restantes acionistas. Os processos judiciais continuam a ser o dia a dia da empresa, e mesmo em 2021 continuam a crescer. Diz agora a empresa que os montantes liquidados e em aberto pelo Município, pela reversão dos administradores é de 1.292.000€, montante este acima do relatado nas redes sociais municipais e outros. Obviamente que a dissolução da empresa, vai trazer para o Município um prejuízo de alguns Milhões de euros, daí o interesse em adiar a dissolução da TecMaia. As contas da Empresa ainda não foram devidamente fechadas, nem apresentadas ao Executiva e Assembleia Municipal, conforme a Legislação, facto este que fundamenta ainda mais as nossas reservas. Ao que acresce a posição apenas agora conhecida dos acionistas da Empresa, que na ultima Assembleia da votaram contra as Contas e já disseram, "mais uma vez" que nada têm a pagar, o que contraria a versão do Executivo.

O Fundo Maia Imo, é uma espécie de "Mundo à parte", onde impera a falta de informação, embora o Município seja o dono de 100% do Capital. Esse Fundo, que segundo o atual Presidente, nada vende sem sua autorização ou da Câmara, tendo-se verificado precisamente o contrário, já que se realizaram transações sem conhecimento dos órgãos autárquicos municipais, numa opacidade inaceitável,



para os padrões de gestão autárquica que defendemos, com transparência, rigor e estratégia bem definida.

Nas contas existe um passivo de mais de 4 Milhões de euros à Caixa Geral de Depósitos, com um resultado líquido positivo, graças à venda de 3 imóveis (Rua da Fábrica, Novo Centro Cívico e Lote ao Complexo Desportivo).

Vamos, obviamente, solicitar mais uma vez, informação sobre estas e outras vendas, e também vamos propor a liquidação imediata deste Fundo.

Na Empresa Metropolitana de Estacionamento assistiu-se à demissão do seu Administrador Dr. Francisco Nogueira da Costa, um assunto sobre o qual continuamos à espera das razões que levaram à sua demissão. Sobre a atividade da empresa, não tem sentido a sua existência nos moldes atuais. Quanto valeria a concessão do parque e dos estacionamentos á superfície? Obviamente que qualquer solução era melhor do que a atual. As contas apresentadas são o espelho dessa triste realidade, com resultados mínimos.

A Fundação do Conservatório de Música da Maia, levanta muitas dúvidas, quer na sua atividade, quer no seu financiamento. A transferência do Município é uma das receitas mais significativas da empresa, que presta um serviço cultural. Como se pode analisar, a sua atuação é parca, e as suas contas são de receita quase nula. É uma empresa que precisa de ser repensada, pois no atual modelo evidencia várias fragilidades, e não tem qualquer pensamento económico a medio ou a longo prazo. A transferência de 175.000€, para o capital fundacional, é vital para a sobrevivência da Fundação.

Em resumo, queremos deixar claro, que apenas com uma Auditoria Independente e Externa, será possível apurar a real e verdadeira situação económica e financeira do Município, dando assim início a Um Novo Futuro, a bem da Maia e dos Maiatos, que assim o exigem.

Nestes termos, e numa posição responsável, os Vereadores do Partido Socialista, VOTAM CONTRA o ponto 1 da Ordem de Trabalhos, bem como dão nota da sua Oposição e não Concordância, com os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Exercício de 2021 – Relatório e Contas Consolidadas de 2021, da Câmara Municipal da Maia.

Maia, 15 de Junho de 2022



Os Vereadores do Partido Socialista

Francisco Vieira de Carvalho

António Leite Ramalho

Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras

Paulo Sérgio Rocha

António Peixoto.

2. Abertura de procedimentos concursais de recrutamento e seleção de dirigentes, para a Divisão de Contabilidade e Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento, do Departamento de Finanças e Património

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 28 669/22

Depois de submetidos a discussão e votação, foi a proposta, deliberando que: I. para efeitos do disposto no artigo 12.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a Câmara Municipal aprove a abertura dos procedimentos concursais de recrutamento e seleção de dirigentes intermédios de 2.º grau: 1. Chefe da Divisão de Contabilidade e 2. Chefe da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento e II. que, em cumprimento do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, submeta à aprovação da Assembleia Municipal a composição dos júris destes mesmos concursos, **aprovada por unanimidade.**

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e efeitos previstos na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, art.º 13.º, n.º 1, na sua redação atual

A Câmara Municipal mais deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações tomadas, para efeitos de execução imediata.



Pelas 19:28h o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por dez (10) páginas e respetivos anexos.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos da Silva Tiago

A Secretária da Reunião

Alexandra Carvalho

Maia e Paços do Concelho, 15 de junho de 2022



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

Vereação

Declaração de Voto

Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Exercício de 2021 – Relatório e Contas Consolidadas de 2021, da Câmara Municipal da Maia.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, vêm nos termos do artigo 35º do Código do Procedimento Administrativo, apresentar a sua **DECLARAÇÃO de VOTO VENCIDO**, acerca das Prestações de Contas acima referidas.

Sobre a Prestação de Contas Consolidadas da Câmara Municipal da Maia, consideramos, tal como já o fizemos nos relatórios de contas deste exercício e respeitante a todas as empresas do Município, que a análise de um documento desta importância se devia traduzir num documento abrangente, quer tecnicamente quer politicamente, e que acaba por se manifestar num simples conjunto de informações dispersas e avulsas que dificultam uma leitura e interpretação detalhada e precisa dos documentos.

Salientamos ainda que, quer a nível político, quer em termos de gestão, os documentos que nos apresentam são, sem qualquer dúvida, os mais importantes do ano em causa, pois deveriam refletir a história económico-financeira do Município com rigor.

Os Vereadores, ao longo dos tempos, com especial relevo para o período agora analisado, foram impedidos de aceder ao detalhe das contas do Município, bem como foram ocultados vários documentos, apesar de terem sido solicitados por

diversas vezes. Obviamente, este comportamento reiterado, além de ilegal, traduz uma prática corrente de violação da lei, ao tentar esconder por todos os meios, a verdade a que os Maiatos têm direito de saber.

Num ano especialmente importante, talvez o mais marcante deste século, exigia-se que a Câmara Municipal da Maia, estivesse ao lado da sua população.

Apresentamos diversas medidas de apoio, sobretudo para os que mais precisam, deparamo-nos sempre com a mesma resposta, de que as medidas propostas pela maioria PSD/PP eram mais do que suficientes. Obviamente, que o que ouvíamos por parte da população era precisamente o oposto, apercebemo-nos que se começava a instalar uma grave crise social, que se abateu sobre muitas famílias. A Coligação “Maia em Primeiro”, quis aumentar a receita Municipal, e baixar a despesa, sem qualquer sensibilidade para quem devia estar em Primeiro, as Famílias da Maia.

Assistimos, nesse mesmo período de necessidades das Famílias, a um esbanjamento de dinheiros públicos, com a compra de obras de arte, com aquisição de dezenas de carros, realização de adjudicações de assessorias e de publicações pagas na “imprensa”, assim como a produção e distribuição de inúmeras revistas e panfletos.

A Pandemia por Covid19 marcou decisivamente o início do século, com consequências socioeconómicas devastadoras que atingiram também a população do Concelho da Maia e as suas empresas. É assim, com muita surpresa, que olhamos para os resultados da Autarquia e verificamos a resposta inexistente, ou quando muito desprezável, que foi dada aos cidadãos e às empresas.

A Autarquia da Maia conseguiu, neste ano de calamidade, cobrar mais, marcando assim, um máximo histórico de arrecadação de impostos (arrecadou mais 1 milhão de euros), mesmo com a baixa do IMI. O Município da Maia conseguiu fazer o contrário do que era necessário.

Nesta altura em que as Entidades públicas deveriam alavancar a economia com Investimento público, e, não menos importante, através de programas de despesa para apoio dos Municípios, a Maia fez exatamente o oposto.

Faltaram programas complementares aos do Governo Central para disponibilizar meios que garantissem as necessidades básicas de sobrevivência das famílias que tenham sido atingidas pelo flagelo do desemprego e ou doença. Tornou-se imperioso a necessidade de diminuição da carga fiscal para as famílias e para as empresas, acompanhada de medidas de incentivo ao consumo no comércio local. Enfim, medidas de ajuda ao pequeno comércio e à restauração, às pessoas que ficaram sem meios de sustento, mas com obrigações para cumprir.

O Estado Central, entregou este ano ao Município, e mais uma vez, um forte aumento de transferências (cerca de mais 1,2 Milhões de euros), tendo assim, um grande peso nas receitas Municipais.

Existem ainda outras receitas correntes contabilizadas de 1.292.354€, em nome da TECMAIA, o que nos merece reservas.

Assim, o resultado da Autarquia é desapontante e demonstra claramente que o Executivo não esteve, nem está, à altura dos desafios que a situação que estamos a passar exige, com um resultado líquido de 8,1 Milhões de euros, com a contribuição da constante venda e delapidação de imóveis do Município, que este ano, tal como nos anos anteriores, teve uma grande importância, com a arrecadação de 2,2 Milhões de euros. Destaque ainda para o valor registado no final do ano de 2021, de 264.000€, do programa de apoio à economia local, valor este longe dos 1.200.000€, que o executivo e a sua campanha eleitoral afirmaram em Agosto já ter liquidado!!

Nas despesas, não podemos deixar de referir o baixo valor para a solidariedade, face às necessidades óbvias, e ainda para o baixo valor transferido para as Juntas de Freguesia (o parceiro pobre), numa plena e justa descentralização de funções

e competências, que iria trazer mais e melhores resultados na resolução dos problemas urgentes da população.

Em suma, muito mais podia ter sido realizado para alavancar a recuperação económica e o apoio às famílias neste Concelho.

E ainda uma breve nota sobre algumas empresas:

Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia, aumentou a sua margem de lucro na venda de água, o que poderia, como propusemos ter dado um maior apoio às famílias Maiatas.

Verifica-se que o valor da venda da água e das prestações de serviço aumentou ligeiramente relativamente ao ano anterior. Regista-se ainda a diminuição dos custos com a água em alta.

No entanto, importa realçar que ainda temos muitos imóveis na Maia, sem contador, facto este que é vital para uma terra que ser mais moderna e mais eficiente e sustentável ambientalmente.

As perdas de água, ainda têm um grande valor, situando-se nos 18%, um valor muito alto, face aos melhores indicadores nacionais.

O investimento da empresa, na rede, na fiscalização e modernização, é objetivamente curto, e é fundamental esse investimento, face às muitas falhas conhecidas e assinaladas. O novo PRR, vai trazer um forte apoio para esta área, e esperamos que a empresa saiba captar os fundos necessários, a uma modernização de todos os sectores do SMEAS.

A empresa Maiambiente recebeu em 2021 do Município, cerca de 3 Milhões de euros. Para uma empresa que fatura 8 Milhões de euros, as suas receitas próprias são muito baixas.

De referir ainda o constante aumento de reclamações, face aos novos tarifários.

A dívida a fornecedores aumentou para 1,2 Milhões de euros.

Assim, pode-se concluir que o cenário é preocupante e nada coerente com o discurso de solvabilidade apresentado nos últimos anos, dado que sem os subsídios à exploração a empresa não teria viabilidade económica.

Urge assim, refletir sobre o futuro da empresa a medio e longo prazo.

A empresa Espaço Municipal, é desde o exercício de 2017, um caso de estudo, onde tudo corre mal, ou por ataques de Hakers, ou por falta de tempo, ou por falta de documentos, as contas parecem sempre envoltas numa neblina de caos, donde será difícil sair com os atuais protagonistas. Nesta empresa, as dívidas a clientes atingem os 740.000€, que é obviamente um valor demasiado alto e que merece reflexão. As dívidas ao estado no montante de 504.574€, sobre o IRC, não estão explicadas convenientemente, embora impugnadas, não têm sido eficazes, pois já tiveram de ser liquidados 176.210€ e o remanescente da dívida tem como garantia a penhora de imóveis. Com um resultado muito baixo, vive com as constantes transferências do Município.

Sobre a empresa TECMAIA, como bem sabemos, os valores aí investidos, bem como os valores a receber, serão dados como perdidos num futuro próximo, fruto da gestão danosa. O processo de liquidação da empresa, continua a ser adiado desde 2016. Aliás conforme a Assembleia de 7 de Outubro de 2020, cujo impasse fica assente na falta de confiança e de presença dos restantes acionistas. Os processos judiciais continuam a ser o dia a dia da empresa, e mesmo em 2021 continuam a crescer. Diz agora a empresa que os montantes liquidados e em aberto pelo Município, pela reversão dos administradores é de 1.292.000€, montante este acima do relatado nas redes sociais municipais e outros. Obviamente que a dissolução da empresa, vai trazer para o Município um prejuízo de alguns Milhões de euros, daí o interesse em adiar a dissolução da TecMaia. As contas da Empresa ainda não foram devidamente fechadas, nem apresentadas ao Executiva e Assembleia Municipal, conforme a Legislação, facto este que fundamenta ainda mais as nossas reservas. Ao que acresce a posição

apenas agora conhecida dos acionistas da Empresa, que na última Assembleia da votaram contra as Contas e já disseram, “mais uma vez” que nada têm a pagar, o que contraria a versão do Executivo.

O Fundo Maia Imo, é uma espécie de “Mundo à parte”, onde impera a falta de informação, embora o Município seja o dono de 100% do Capital. Esse Fundo, que segundo o atual Presidente, nada vende sem sua autorização ou da Câmara, tendo-se verificado precisamente o contrário, já que se realizaram transações sem conhecimento dos órgãos autárquicos municipais, numa opacidade inaceitável, para os padrões de gestão autárquica que defendemos, com transparência, rigor e estratégia bem definida.

Nas contas existe um passivo de mais de 4 Milhões de euros à Caixa Geral de Depósitos, com um resultado líquido positivo, graças à venda de 3 imóveis (Rua da Fábrica, Novo Centro Cívico e Lote ao Complexo Desportivo).

Vamos, obviamente, solicitar mais uma vez, informação sobre estas e outras vendas, e também vamos propor a liquidação imediata deste Fundo.

Na Empresa Metropolitana de Estacionamento assistiu-se à demissão do seu Administrador Dr. Francisco Nogueira da Costa, um assunto sobre o qual continuamos à espera das razões que levaram à sua demissão. Sobre a atividade da empresa, não tem sentido a sua existência nos moldes atuais. Quanto valeria a concessão do parque e dos estacionamento à superfície? Obviamente que qualquer solução era melhor do que a atual. As contas apresentadas são o espelho dessa triste realidade, com resultados mínimos.

A Fundação do Conservatório de Música da Maia, levanta muitas dúvidas, quer na sua atividade, quer no seu financiamento. A transferência do Município é uma das receitas mais significativas da empresa, que presta um serviço cultural. Como se pode analisar, a sua atuação é parca, e as suas contas são de receita quase nula. É uma empresa que precisa de ser repensada, pois no atual modelo evidencia várias fragilidades, e não tem qualquer pensamento económico a

medio ou a longo prazo. A transferência de 175.000€, para o capital fundacional, é vital para a sobrevivência da Fundação.

Em resumo, queremos deixar claro, que apenas com uma Auditoria Independente e Externa, será possível apurar a real e verdadeira situação económica e financeira do Município, dando assim início a Um Novo Futuro, a bem da Maia e dos Maiatos, que assim o exigem.

Nestes termos, e numa posição responsável, os Vereadores do Partido Socialista, VOTAM CONTRA o ponto 1 da Ordem de Trabalhos, bem como dão nota da sua Oposição e não Concordância, com os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Exercício de 2021 – Relatório e Contas Consolidadas de 2021, da Câmara Municipal da Maia.

Maia, 15 de Junho de 2022

Os Vereadores do Partido Socialista

Francisco Vieira de Carvalho

António Leite Ramalho

Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras

Paulo Sérgio Rocha

António Peixoto